

Espaços territoriais especialmente protegidos: comentários ao julgamento proferido na ADIN 4.717/DF

 rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/103



RDAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - ISSN 2526-8120 -
<https://doi.org/10.48143/rdai>

1. [Início/](#)
2. [Arquivos/](#)
3. [v. 2 n. 6 \(2018\)/](#)
4. Artigos

Territorial areas with dedicated protection: remarks on the judgment of ADIn (Direct Action of Unconstitutionality) 4,717/DF

Alexandre Levin Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/06.al>

Palavras-chave: ADIn 4 - 717/DF, Unidades de conservação, Alterações nos limites, Medida Provisória

Resumo

Este artigo tece considerações sobre a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADIn 4.717/DF, que teve por objeto a declaração de inconstitucionalidade da Medida Provisória 558/2012, posteriormente convertida na Lei 12.678/2012. A Medida Provisória em questão dispôs sobre alterações nos limites de unidades de conservação, criadas com fulcro no art. 225, § 1º, inc. III, da Constituição Federal. Pretende-se analisar os fundamentos que levaram à decisão proferida, em especial a inviabilidade de modificação dessas áreas por medida provisória, cujo rito sumário de criação impede a realização de estudos técnicos e de consulta pública, requisitos essenciais para a criação dessas áreas.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Alexandre Levin, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP (área de concentração: direito urbanístico). Professor do Curso de Especialização em Direito Administrativo da COGEAE/PUC-SP. Professor de Direito Administrativo e Ambiental do Curso de Graduação em Direito da Escola Paulista de Direito (EPD). Procurador do Município de São Paulo. alexandrelevin@uol.com.br

Referências

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 4. ed. São Paulo: Ed. RT, 2005.

ISSN 2526-8120

6 | RDAI

julho / setembro 2018

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2018-09-30

Edição

v. 2 n. 6 (2018)

Seção

Artigos

##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##

Alexandre Levin, Pregão Eletrônico e vantajosidade nas contratações públicas: estudo à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, RDAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 4 (2018)

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.